

PPSA

EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO
DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A

Licitações E Contratos (Analista De Gestão Corporativa)

EDITAL DE ABERTURA Nº 1, DE 23 DE JANEIRO DE 2025

CÓD: SL-118JN-25
7908433269854

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de texto	7
2. Tipologia e gêneros textuais	8
3. Marcas de textualidade: coesão, coerência e intertextualidade	17
4. Domínio dos mecanismos de coesão textual. Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.....	22
5. Classes de Palavras: Adjetivo, Advérbio, Artigo, Preposição, Conjunção, Interjeição, Numeral, Pronomes, Substantivos e Verbos	23
6. Ortografia (Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)	31
7. Acentuação gráfica.....	36
8. Sinais de Pontuação	37
9. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração; Sintaxe: Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração	39
10. Reescrita de frases e parágrafos do texto: Substituição de palavras ou de trechos de texto; Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto; Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade	44
11. Significação das palavras; Semântica: Sinônimos. Antônimos. Homônimos. Parônimos. Denotação e Conotação	45
12. Concordância verbal e nominal	49
13. Regência verbal e nominal.....	51
14. Colocação pronominal	53
15. Figuras de linguagem	54

Língua Inglesa

1. Compreensão, interpretação e análise de textos em inglês: interpretação crítica, análise de textos literários, jornalísticos e técnicos, com foco na identificação de ideias principais, secundárias, informações implícitas e explícitas	69
2. Gêneros textuais: compreensão e análise de diferentes tipos de textos (narrativos, descritivos, argumentativos, informativos), suas estruturas e propósitos comunicativos	72
3. Gramática da língua inglesa: sintaxe: estrutura das frases, ordem das palavras, tipos de orações (simples e compostas), concordância verbal e nominal; sentenças condicionais	75
4. Tempos verbais: presente simples, presente contínuo, passado simples, passado contínuo, presente perfeito, passado perfeito, futuro; gerúndio; imperativo; verbos anômalos	82
5. Discurso direto, discurso indireto	89
6. Verbos frasais; verbos modais; voz passiva.....	90
7. Substantivos (contáveis e incontáveis).....	93
8. Adjetivos; comparativos e superlativos	95
9. Pronomes.....	98
10. Advérbios	100
11. Produção textual escrita: coerência, coesão e organização textual em redações e ensaios; domínio das estruturas gramaticais adequadas e desenvolvimento de argumentos em inglês.....	102
12. Conhecimentos sólidos de nomenclatura técnica referente à área de petróleo e gás na língua inglesa.....	107

Conhecimentos Específicos

Licitações E Contratos (Analista De Gestão Corporativa)

1. Noções de organização administrativa: administração direta e indireta; autarquias, fundações públicas; empresas públicas; sociedades de economia mista; entidades paraestatais.....	119
2. Princípios constitucionais da administração pública.....	124
3. Noções básicas de orçamento público e finanças.....	129
4. Noções de processo administrativo	132
5. Noções básicas de licitações e contratos nas empresas estatais; lei federal nº 14.133/2021 E suas alterações (aplicação às empresas públicas federais); pregão eletrônico - lei federal nº 14.133/2021; Dispensa e inexigibilidade de licitação - hipóteses; requisitos legais e a instrução dos processos	142
6. Planejamento e execução da contratação pública: plano de contratação anual (pca); estudo técnico preliminar (etp) e termo de referência (tr) para compras e serviços; orçamento estimado da licitação - pesquisa de preços e planilha de formação de preços; cronograma físico financeiro das contratações; gerenciamento de riscos nas contratações das estatais; editais; parecer jurídico; autoridade competente	214
7. Contratos administrativos: tipos de contratos (fornecimento de bens, serviços comuns, serviços de engenharia, fornecimento de bens e contratos de serviços de tic); alterações e aditivos; fiscalização e gestão de contratos de acordo com as leis federais nº 13.303/2016 E nº 14.133/2021 E com os entendimentos do tcu; responsabilidade dos agentes públicos; rescisão/extinção dos contratos; aplicação de sanções administrativas; regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária; terceirização de serviços com cessão de mão de obra exclusiva	223
8. Sistema de registro de preços (srp).....	228
9. Lei federal nº 13.303/2016 - Lei das estatais; credenciamento na lei federal nº 13.303/2016	235
10. Decreto federal nº 8.945/2016 - Regulamenta o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias no âmbito da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios	258
11. Lei federal nº 12.846/2013 - Lei anticorrupção e decreto federal nº 8.420/2015	271
12. Lei federal nº 13.709/2018 - Lei geral de proteção de dados pessoais - lgpd.....	284
13. Regulamento interno de licitações e contratos da ppsa (rilc)	298
14. Resolução cgpar nº 45/2022, de 30 de dezembro de 2022, que dispõe sobre orientações às empresas estatais federais sobre planejamento, execução, controle e avaliação das contratações de bens e serviços em geral	319
15. Artigos 42 a 49 da lei complementar nº 123/2006	322
16. Contratação de soluções inovadoras pela administração pública e estatais	323
17. Práticas sustentáveis em processos de aquisição	327

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015
Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.
- (C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.
- (D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.
- (E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Resolução:

Em “A” – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em “B” – Certo: o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis.

Em “C” – Errado: o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

Em “D” – Errado: além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentemente ou temporárias”.

Em “E” – Errado: este é o tema do texto, a inclusão dos deficientes.

Resposta: Letra B.

A compreensão básica do texto permite o entendimento de todo e qualquer texto ou discurso, com base na ideia transmitida pelo conteúdo. Ademais, compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

A interpretação de texto envolve explorar várias facetas, desde a compreensão básica do que está escrito até as análises mais profundas sobre significados, intenções e contextos culturais. No entanto, Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se extrair os tópicos frasais presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na compreensão do conteúdo exposto, uma vez que é ali que se estabelecem as relações hierárquicas do pensamento defendido, seja retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se atentar às ideias do autor, o que não implica em ficar preso à superfície do texto, mas é fundamental que não se criem suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. Ademais, a leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente.

Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os tópicos frasais presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido; retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas.

Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto envolve realizar uma análise objetiva do seu conteúdo para verificar o que está explicitamente escrito nele. Por outro lado, a interpretação vai além, relacionando as ideias do texto com a realidade. Nesse processo, o leitor extrai conclusões subjetivas a partir da leitura.

TIPOLOGIA E GÊNEROS TEXTUAIS

Definições e diferenciação: tipos textuais e gêneros textuais são dois conceitos distintos, cada um com sua própria linguagem e estrutura. Os tipos textuais se classificam em razão da estrutura linguística, enquanto os gêneros textuais têm sua classificação baseada na forma de comunicação.

Dessa forma, os gêneros são variedades existentes no interior dos modelos pré-estabelecidos dos tipos textuais. A definição de um gênero textual é feita a partir dos conteúdos temáticos que apresentam sua estrutura específica. Logo, para cada tipo de texto, existem gêneros característicos.

Como se classificam os tipos e os gêneros textuais

As classificações conforme o gênero podem sofrer mudanças e são amplamente flexíveis. Os principais gêneros são: romance, conto, fábula, lenda, notícia, carta, bula de medicamento, cardápio de restaurante, lista de compras, receita de bolo, etc.

Quanto aos tipos, as classificações são fixas, definem e distinguem o texto com base na estrutura e nos aspectos linguísticos.

Os tipos textuais são: narrativo, descritivo, dissertativo, expositivo e injuntivo. Resumindo, os gêneros textuais são a parte concreta, enquanto as tipologias integram o campo das formas, ou seja, da teoria. Acompanhe abaixo os principais gêneros textuais e como eles se inserem em cada tipo textual:

Texto narrativo: esse tipo textual se estrutura em apresentação, desenvolvimento, clímax e desfecho. Esses textos se caracterizam pela apresentação das ações de personagens em um tempo e espaço determinado. Os principais gêneros textuais que pertencem ao tipo textual narrativo são: romances, novelas, contos, crônicas e fábulas.

Texto descritivo: esse tipo compreende textos que descrevem lugares, seres ou relatam acontecimentos. Em geral, esse tipo de texto contém adjetivos que exprimem as emoções do narrador, e, em termos de gêneros, abrange diários, classificados, cardápios de restaurantes, folhetos turísticos, relatos de viagens, etc.

Texto expositivo: corresponde ao texto cuja função é transmitir ideias utilizando recursos de definição, comparação, descrição, conceituação e informação. Verbetes de dicionário, enciclopédias, jornais, resumos escolares, entre outros, fazem parte dos textos expositivos.

Texto argumentativo: os textos argumentativos têm o objetivo de apresentar um assunto recorrendo a argumentações, isto é, caracteriza-se por defender um ponto de vista. Sua estrutura é composta por introdução, desenvolvimento e conclusão. Os textos argumentativos compreendem os gêneros textuais manifesto e abaixo-assinado.

Texto injuntivo: esse tipo de texto tem como finalidade orientar o leitor, ou seja, expor instruções, de forma que o emissor procure persuadir seu interlocutor. Em razão disso,

o emprego de verbos no modo imperativo é sua característica principal. Pertencem a este tipo os gêneros bula de remédio, receitas culinárias, manuais de instruções, entre outros.

Texto prescritivo: essa tipologia textual tem a função de instruir o leitor em relação ao procedimento. Esses textos, de certa forma, impedem a liberdade de atuação do leitor, pois decretam que ele siga o que diz o texto. Os gêneros que pertencem a esse tipo de texto são: leis, cláusulas contratuais, editais de concursos públicos.

— Texto dialogal

Essa tipologia apresenta um diálogo entre, pelo menos, dois locutores. O que difere essa classe da narração é o fato de que, no texto dialogal, o narrador não é obrigatório e, nos casos em que ele se apresenta, sua função se limita a introduzir o diálogo; este, por sua vez, se dará na primeira pessoa. Os principais gêneros textuais que se enquadram nessa tipologia são: peças de teatro, debates, entrevistas, conversas em aplicativos eletrônicos.

As principais características do texto dialogal:

- Predomínio dos verbos na primeira pessoa do singular;
- Discurso direto: emprego de verbos elocutivos e dos sinais dois-pontos, aspas ou travessões para, respectivamente, indicar o princípio de uma fala ou para marcá-las;
- Traços na linguagem oral.

GÊNEROS TEXTUAIS

— Introdução

Os gêneros textuais são estruturas essenciais para a comunicação eficaz. Eles organizam a linguagem de forma que atenda às necessidades específicas de diferentes contextos comunicativos. Desde a antiguidade, a humanidade tem desenvolvido e adaptado diversas formas de expressão escrita e oral para facilitar a troca de informações, ideias e emoções.

Na prática cotidiana, utilizamos gêneros textuais diversos para finalidades variadas. Quando seguimos uma receita, por exemplo, utilizamos um gênero textual específico para a instrução culinária. Ao ler um jornal, nos deparamos com gêneros como a notícia, o editorial e a reportagem, cada um com sua função e características distintas.

Esses gêneros refletem a diversidade e a complexidade das interações humanas e são moldados pelas necessidades sociais, culturais e históricas.

Compreender os gêneros textuais é fundamental para a produção e interpretação adequadas de textos. Eles fornecem uma moldura que orienta o produtor e o receptor na construção e na compreensão do discurso. A familiaridade com as características de cada gênero facilita a adequação do texto ao seu propósito comunicativo, tornando a mensagem mais clara e eficaz.

— Definição e Importância

Gêneros textuais são formas específicas de estruturação da linguagem que se adequam a diferentes situações comunicativas. Eles emergem das práticas sociais e culturais, variando conforme o contexto, o propósito e os interlocutores envolvidos. Cada gênero textual possui características próprias que determinam sua forma, conteúdo e função, facilitando a interação entre o autor e o leitor ou ouvinte.

Os gêneros textuais são fundamentais para a organização e a eficácia da comunicação. Eles ajudam a moldar a expectativa do leitor, orientando-o sobre como interpretar e interagir com o

texto. Além disso, fornecem ao autor uma estrutura clara para a construção de sua mensagem, garantindo que esta seja adequada ao seu propósito e público-alvo.

Exemplos:

Receita de Culinária:

- Estrutura: Lista de ingredientes seguida de um passo a passo.
- Finalidade: Instruir o leitor sobre como preparar um prato.
- Características: Linguagem clara e objetiva, uso de imperativos (misture, asse, sirva).

Artigo de Opinião:

- Estrutura: Introdução, desenvolvimento de argumentos, conclusão.
- Finalidade: Persuadir o leitor sobre um ponto de vista.
- Características: Linguagem formal, argumentos bem fundamentados, presença de evidências.

Notícia:

- Estrutura: Título, lead (resumo inicial), corpo do texto.
- Finalidade: Informar sobre um fato recente de interesse público.
- Características: Linguagem objetiva e clara, uso de verbos no passado, presença de dados e citações.

Importância dos Gêneros Textuais:

Facilitam a Comunicação:

Ao seguirem estruturas padronizadas, os gêneros textuais tornam a comunicação mais previsível e compreensível. Isso é particularmente importante em contextos formais, como o acadêmico e o profissional, onde a clareza e a precisão são essenciais.

Ajudam na Organização do Pensamento:

A familiaridade com diferentes gêneros textuais auxilia na organização das ideias e na construção lógica do discurso. Isso é crucial tanto para a produção quanto para a interpretação de textos.

Promovem a Eficácia Comunicativa:

Cada gênero textual é adaptado a uma finalidade específica, o que aumenta a eficácia da comunicação. Por exemplo, uma bula de remédio deve ser clara e detalhada para garantir a correta utilização do medicamento, enquanto uma crônica pode usar uma linguagem mais poética e subjetiva para entreter e provocar reflexões.

Refletem e Moldam Práticas Sociais:

Os gêneros textuais não apenas refletem as práticas sociais e culturais, mas também ajudam a moldá-las. Eles evoluem conforme as necessidades e contextos sociais mudam, adaptando-se a novas formas de comunicação, como as mídias digitais.

Compreender os gêneros textuais é essencial para uma comunicação eficiente e eficaz. Eles fornecem estruturas que ajudam a moldar a produção e a interpretação de textos, facilitando a interação entre autor e leitor. A familiaridade com diferentes

gêneros permite que se adapte a linguagem às diversas situações comunicativas, promovendo clareza e eficácia na transmissão de mensagens.

— Tipos de Gêneros Textuais

Os gêneros textuais podem ser classificados de diversas formas, considerando suas características e finalidades específicas. Abaixo, apresentamos uma visão detalhada dos principais tipos de gêneros textuais, organizados conforme suas funções predominantes.

Gêneros Narrativos

Os gêneros narrativos são caracterizados por contar uma história, real ou fictícia, através de uma sequência de eventos que envolvem personagens, cenários e enredos. Eles são amplamente utilizados tanto na literatura quanto em outras formas de comunicação, como o jornalismo e o cinema. A seguir, exploramos alguns dos principais gêneros narrativos, destacando suas características, estruturas e finalidades.

• Romance

Estrutura e Características:

- **Extensão:** Longa, permitindo um desenvolvimento detalhado dos personagens e das tramas.
- **Personagens:** Complexos e multifacetados, frequentemente com um desenvolvimento psicológico profundo.
- **Enredo:** Pode incluir múltiplas subtramas e reviravoltas.
- **Cenário:** Detalhado e bem desenvolvido, proporcionando um pano de fundo rico para a narrativa.
- **Linguagem:** Variada, podendo ser mais formal ou informal dependendo do público-alvo e do estilo do autor.

Finalidade:

- Entreter e envolver o leitor em uma história extensa e complexa.
- Explorar temas profundos e variados, como questões sociais, históricas, psicológicas e filosóficas.

Exemplo:

- “Dom Casmurro” de Machado de Assis, que explora a dúvida e o ciúme através da narrativa do protagonista Bento Santiago.

• Conto

Estrutura e Características:

- **Extensão:** Curta e concisa.
- **Personagens:** Menos desenvolvidos que no romance, mas ainda significativos para a trama.
- **Enredo:** Focado em um único evento ou situação.
- **Cenário:** Geralmente limitado a poucos locais.
- **Linguagem:** Direta e impactante, visando causar um efeito imediato no leitor.

Finalidade:

- Causar impacto rápido e duradouro.
- Explorar uma ideia ou emoção de maneira direta e eficaz.

Exemplo:

- “O Alienista” de Machado de Assis, que narra a história do Dr. Simão Bacamarte e sua obsessão pela cura da loucura.

• Fábula

Estrutura e Características:

- **Extensão:** Curta.
- **Personagens:** Animais ou objetos inanimados que agem como seres humanos.
- **Enredo:** Simples e direto, culminando em uma lição de moral.
- **Cenário:** Geralmente genérico, servindo apenas de pano de fundo para a narrativa.
- **Linguagem:** Simples e acessível, frequentemente com um tom didático.

Finalidade:

- Transmitir lições de moral ou ensinamentos éticos.
- Entreter, especialmente crianças, de forma educativa.

Exemplo:

- “A Cigarra e a Formiga” de Esopo, que ensina a importância da preparação e do trabalho árduo.

• Novela

Estrutura e Características:

- **Extensão:** Intermediária entre o romance e o conto.
- **Personagens:** Desenvolvimento moderado, com foco em um grupo central.
- **Enredo:** Mais desenvolvido que um conto, mas menos complexo que um romance.
- **Cenário:** Detalhado, mas não tão expansivo quanto no romance.
- **Linguagem:** Pode variar de formal a informal, dependendo do estilo do autor.

Finalidade:

- Entreter com uma narrativa envolvente e bem estruturada, mas de leitura mais rápida que um romance.
- Explorar temas e situações com profundidade, sem a extensão de um romance.

Exemplo:

- “O Alienista” de Machado de Assis, que também pode ser classificado como novela devido à sua extensão e complexidade.

• Crônica

Estrutura e Características:

- **Extensão:** Curta a média.
- **Personagens:** Pode focar em personagens reais ou fictícios, muitas vezes baseados em figuras do cotidiano.
- **Enredo:** Baseado em eventos cotidianos, com um toque pessoal e muitas vezes humorístico.
- **Cenário:** Cotidiano, frequentemente urbano.
- **Linguagem:** Coloquial e acessível, com um tom leve e descontraído.

Finalidade:

- Refletir sobre aspectos do cotidiano de forma leve e crítica.
- Entreter e provocar reflexões no leitor sobre temas triviais e cotidianos.

Exemplo:

- As crônicas de Rubem Braga, que capturam momentos e reflexões do cotidiano brasileiro.

LÍNGUA INGLESA

COMPREENSÃO, INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DE TEXTOS EM INGLÊS: INTERPRETAÇÃO CRÍTICA, ANÁLISE DE TEXTOS LITERÁRIOS, JORNALÍSTICOS E TÉCNICOS, COM FOCO NA IDENTIFICAÇÃO DE IDEIAS PRINCIPAIS, SECUNDÁRIAS, INFORMAÇÕES IMPLÍCITAS E EXPLÍCITAS

A IMPORTÂNCIA DA COMPREENSÃO DE TEXTOS EM INGLÊS

A leitura e interpretação de textos em inglês são habilidades essenciais para candidatos a concursos públicos, estudantes e profissionais que desejam aprimorar seu domínio do idioma. Além de ser uma competência exigida em diversas provas, a capacidade de compreender textos em inglês permite o acesso a informações atualizadas, desenvolvimento do pensamento crítico e melhor desempenho acadêmico e profissional.

► O papel da leitura na proficiência em inglês

A leitura é uma das principais formas de exposição ao idioma, sendo fundamental para a ampliação do vocabulário, o aperfeiçoamento da gramática e a familiarização com estruturas linguísticas variadas. Quanto mais um candidato se expõe a diferentes tipos de textos, maior é sua capacidade de reconhecer padrões, identificar palavras em novos contextos e compreender significados implícitos.

Além disso, a leitura contribui para:

- **Aprimoramento da gramática:** A exposição constante a frases bem estruturadas reforça a compreensão das regras gramaticais e das diferenças entre inglês formal e informal.

- **Aumento do vocabulário:** A leitura de textos diversos amplia o repertório de palavras e expressões, facilitando a interpretação de novos conteúdos.

- **Melhora na pronúncia e compreensão auditiva:** Embora a leitura seja uma atividade visual, a exposição contínua a palavras escritas ajuda a reconhecer padrões fonéticos e melhora a compreensão auditiva.

No contexto de concursos públicos, a habilidade de compreender textos rapidamente e extrair informações relevantes pode significar a diferença entre um bom e um excelente desempenho.

► Diferença entre compreensão, interpretação e análise

É importante diferenciar três conceitos fundamentais para a leitura crítica: compreensão, interpretação e análise.

- **Compreensão:** Trata-se da habilidade de captar o significado literal do texto, identificando informações explícitas e a estrutura do discurso.

- **Interpretação:** Vai além da compreensão básica, exigindo que o leitor relacione informações, faça inferências e entenda possíveis significados implícitos.

- **Análise:** Consiste na avaliação crítica do texto, considerando aspectos como intencionalidade do autor, argumentos apresentados e possíveis vieses.

Em provas de concursos, esses três níveis de leitura são explorados de forma variada, exigindo que o candidato seja capaz de identificar ideias principais e secundárias, perceber informações subentendidas e avaliar criticamente o conteúdo apresentado.

► Benefícios da leitura crítica para concursos públicos

Dominar a leitura crítica em inglês traz diversas vantagens para candidatos a concursos públicos, especialmente em provas elaboradas por bancas como FCC, FGV e Vunesp. Entre os principais benefícios, destacam-se:

- **Maior rapidez na resolução de questões:** Leitores proficientes conseguem localizar informações com mais agilidade e interpretar textos complexos sem necessidade de releituras excessivas.

- **Melhor compreensão de comandos da prova:** Muitas questões apresentam enunciados em inglês, exigindo que o candidato entenda exatamente o que está sendo pedido.

- **Maior segurança na identificação de pegadinhas:** Algumas questões exploram ambiguidades ou interpretações erradas, o que pode confundir candidatos menos experientes.

Além desses pontos, a leitura crítica também fortalece o pensamento analítico e a capacidade de argumentação, habilidades valiosas não apenas para provas de concursos, mas também para a vida acadêmica e profissional.

A compreensão de textos em inglês é uma habilidade que pode ser desenvolvida com prática e dedicação. A exposição constante a textos variados, aliada ao uso de estratégias de leitura, pode transformar a experiência de aprendizado e tornar a interpretação textual mais eficiente e natural. No contexto dos concursos públicos, essa competência se torna ainda mais relevante, pois pode definir o sucesso do candidato na prova.

ESTRATÉGIAS PARA INTERPRETAÇÃO CRÍTICA DE TEXTOS

A interpretação crítica de textos em inglês é uma habilidade essencial para candidatos a concursos públicos. Além de entender o significado literal das palavras, é necessário analisar as informações apresentadas, identificar ideias implícitas e avaliar a intencionalidade do autor. Para isso, existem técnicas que ajudam a melhorar a leitura e a interpretação, tornando o processo mais eficiente e assertivo.

► Identificação de ideias principais e secundárias

Uma das primeiras etapas para interpretar um texto é distinguir suas ideias principais das secundárias.

▪ **Ideia principal:** Representa o conceito central do texto ou do parágrafo. Normalmente, pode ser encontrada no primeiro ou último parágrafo de um texto ou na sentença tópica de um parágrafo.

▪ **Ideias secundárias:** São informações complementares que explicam, exemplificam ou desenvolvem a ideia principal.

Como identificar a ideia principal

▪ Leia o título e subtítulos para obter uma noção geral do tema.

▪ Procure palavras-chave que se repetem ao longo do texto.

▪ Identifique frases que resumem ou apresentam um argumento central.

Como identificar ideias secundárias

▪ Observe exemplos, citações ou dados que reforçam o argumento principal.

▪ Preste atenção a conectores como “for example”, “such as” e “in other words”, que introduzem explicações e detalhamentos.

Essa diferenciação é fundamental em provas de concursos, pois muitas questões perguntam diretamente sobre o tema central do texto ou exigem que o candidato distinga informações relevantes das acessórias.

► Diferença entre informações explícitas e implícitas

Os textos podem apresentar informações de forma direta ou exigir que o leitor faça inferências para compreendê-las completamente.

▪ **Informações explícitas:** São aquelas claramente expressas no texto, sem necessidade de interpretação adicional.

▪ **Informações implícitas:** Não são declaradas diretamente e exigem que o leitor faça conexões e deduções para compreendê-las.

Como identificar informações explícitas

▪ Busque respostas diretas dentro do texto.

▪ Preste atenção a detalhes factuais, como datas, nomes e números.

▪ Se a pergunta de prova pedir para localizar uma informação específica, geralmente a resposta estará explicitamente no texto.

Como identificar informações implícitas

▪ Observe o tom do autor e a escolha de palavras para perceber sua opinião.

▪ Analise relações de causa e consequência.

▪ Repare em pistas contextuais, como ironia ou sarcasmo, que podem indicar significados ocultos.

Em concursos, muitas questões exigem que o candidato perceba o que não está diretamente dito. A habilidade de inferência é um diferencial importante.

► Contextualização e inferência de significado

Nem sempre será possível conhecer todas as palavras do texto, especialmente em provas. Assim, o contexto é um recurso essencial para deduzir significados e evitar perda de tempo com traduções palavra por palavra.

Técnicas para inferir o significado de palavras desconhecidas

▪ **Contexto imediato:** Leia a frase inteira antes de tentar entender a palavra isoladamente. Muitas vezes, o significado pode ser deduzido pelo restante do enunciado.

▪ **Prefixos e sufixos:** Conhecer elementos como “un-”, “re-” e “-less” ajuda a compreender palavras novas. Exemplo: “unhappy” (infeliz) pode ser identificado pelo prefixo “un-” (não).

▪ **Sinônimos e antônimos:** Muitas vezes, o próprio texto traz pistas. Exemplo: “He was elated, in contrast to his usually gloomy mood.” Aqui, “elated” pode ser entendido como algo oposto a “gloomy” (sombrio, triste).

▪ **Substituição por palavras conhecidas:** Se um termo parece complicado, tente substituí-lo mentalmente por outra palavra que faça sentido na frase.

O uso dessas estratégias permite que o candidato compreenda o essencial do texto mesmo sem saber todas as palavras, economizando tempo e aumentando a precisão das respostas.

A interpretação crítica de textos exige mais do que apenas traduzir palavras. Identificar ideias principais, distinguir informações explícitas e implícitas e usar o contexto para inferir significados são habilidades essenciais para qualquer prova de concurso público. A prática regular dessas técnicas torna o processo mais rápido e natural, garantindo um melhor desempenho em exames que exigem leitura e análise textual em inglês.

ANÁLISE DE TEXTOS LITERÁRIOS

A leitura de textos literários em inglês exige uma abordagem diferente da interpretação de textos jornalísticos ou técnicos. Além da compreensão do significado das palavras, é fundamental captar nuances como metáforas, ironia e subtextos. No contexto de concursos públicos, bancas como FCC, FGV e Vunesp costumam incluir trechos de obras literárias para avaliar a capacidade do candidato de interpretar elementos estilísticos e temáticos.

► Características dos textos literários

Textos literários são aqueles produzidos com intenção estética, geralmente explorando a criatividade e o uso expressivo da linguagem. Eles podem assumir diferentes formas, como poesia, contos, romances e peças teatrais.

Principais características dos textos literários:

▪ **Uso de figuras de linguagem:** Metáforas, comparações e personificações são comuns na literatura e ajudam a criar imagens vívidas e significados mais profundos.

▪ **Subjetividade e interpretação múltipla:** Diferente dos textos jornalísticos e técnicos, que buscam objetividade, os textos literários podem ter diferentes leituras dependendo do contexto e da experiência do leitor.

▪ **Narrativas complexas e personagens aprofundados:** Muitas obras literárias exploram personagens multifacetados e tramas envolventes, exigindo atenção para compreender suas motivações e dilemas.

▪ **Exploração de temas universais:** Questões como amor, morte, liberdade, injustiça e identidade aparecem frequentemente na literatura.

Ao analisar um texto literário em uma prova, é essencial identificar esses elementos para interpretar a mensagem do autor corretamente.

► Estratégias para interpretar metáforas, ironia e figuras de linguagem

As bancas examinadoras gostam de testar a habilidade dos candidatos de reconhecer e interpretar figuras de linguagem, pois elas são essenciais para entender o sentido completo do texto literário.

Metáforas e comparações

▪ **Metáfora:** Uma metáfora compara duas coisas sem usar palavras como “like” ou “as”. Exemplo: “Time is a thief” (O tempo é um ladrão). Aqui, o tempo não rouba literalmente, mas a metáfora sugere que ele tira momentos da vida das pessoas.

▪ **Comparação (Simile):** Diferente da metáfora, a comparação usa “like” ou “as”. Exemplo: “Her smile was as bright as the sun” (Seu sorriso era brilhante como o sol).

Ironia :

A ironia ocorre quando há um contraste entre o que é dito e o que realmente se quer expressar. No contexto de uma prova, pode ser usada para testar se o candidato percebe a diferença entre o significado literal e o real sentido do texto.

Exemplo de ironia: “What a wonderful day!” (Que dia maravilhoso!) – Se dita durante uma tempestade, essa frase assume um tom irônico.

Outras figuras de linguagem importantes:

▪ **Personificação:** Atribuir características humanas a objetos ou animais. Exemplo: “The wind whispered through the trees” (O vento sussurrou entre as árvores).

▪ **Hipérbole:** Exagero para efeito dramático. Exemplo: “I’ve told you a million times” (Eu já te disse um milhão de vezes).

Em provas de concurso, muitas questões pedem para identificar o significado de metáforas ou ironias dentro do contexto do texto. Praticar esse tipo de análise melhora a interpretação e a rapidez na resolução das questões.

► Temas e mensagens subjacentes nos textos literários

Além das figuras de linguagem, um aspecto fundamental da análise de textos literários é a identificação dos temas centrais e mensagens implícitas.

Como identificar o tema de um texto literário:

▪ **Observe o conflito principal:** Muitas histórias giram em torno de um problema ou dilema enfrentado pelos personagens. Esse conflito pode revelar o tema da obra.

▪ **Preste atenção às emoções transmitidas:** O tom do texto pode sugerir temas como solidão, esperança, liberdade ou repressão.

▪ **Análise o título e frases-chave:** Muitas vezes, o título já sugere o tema principal. Além disso, frases marcantes dentro do texto podem conter pistas sobre a mensagem do autor.

Temas comuns em textos literários:

▪ **Amor e relacionamentos:** Exploração das complexidades das emoções humanas.

▪ **Identidade e autodescoberta:** Muitas narrativas abordam personagens em busca de quem realmente são.

▪ **Sociedade e crítica social:** Obras literárias frequentemente fazem reflexões sobre política, economia e comportamento humano.

A análise de textos literários exige atenção a detalhes que vão além da simples tradução do inglês para o português. Elementos como metáforas, ironia e temas subjacentes são essenciais para entender a intenção do autor e responder corretamente às questões das provas. O treinamento constante com diferentes tipos de textos literários melhora a capacidade interpretativa e garante um desempenho superior em exames que exigem análise crítica e leitura aprofundada.

ANÁLISE DE TEXTOS JORNALÍSTICOS

Os textos jornalísticos são amplamente utilizados em provas de concursos públicos, pois exigem do candidato a capacidade de interpretar informações objetivas, identificar possíveis vieses e diferenciar fatos de opiniões. Saber analisar esse tipo de texto de maneira crítica é essencial para responder corretamente às questões que envolvem compreensão de leitura e interpretação de argumentos.

► Estrutura e características de textos jornalísticos

Os textos jornalísticos seguem uma estrutura própria, que facilita a organização das informações e a transmissão de dados ao leitor de forma clara e objetiva.

Principais características dos textos jornalísticos

▪ **Objetividade:** Buscam relatar fatos de maneira clara e direta, evitando subjetividade e interpretações pessoais.

▪ **Uso da pirâmide invertida:** A informação mais importante aparece logo no início do texto, seguida por detalhes e contextualizações.

▪ **Linguagem acessível:** São escritos de forma compreensível para um público amplo, evitando termos excessivamente técnicos.

▪ **Presença de fontes e dados:** Para garantir credibilidade, os textos jornalísticos costumam apresentar declarações de especialistas, dados estatísticos e referências a documentos oficiais.

▪ **Gêneros variados:** Além das notícias, há editoriais (que expressam opinião), reportagens (mais aprofundadas), crônicas (com tom mais pessoal) e entrevistas.

Saber reconhecer esses elementos facilita a leitura e interpretação de textos jornalísticos em inglês, especialmente em provas de concursos públicos.

► Como identificar viés e opinião do autor

Embora o jornalismo busque a imparcialidade, nem sempre é possível separar completamente fatos de opiniões. Muitas bancas exploram esse aspecto em suas questões, exigindo que o candidato identifique a posição do autor ou possíveis vieses na construção do texto.

Diferença entre fato e opinião

▪ **Fato:** Informação objetiva, verificável e independente de interpretação pessoal. Exemplo: “The unemployment rate in the country increased by 5% last year.”

▪ **Opinião:** Expressão de um ponto de vista, muitas vezes acompanhada de adjetivos ou juízos de valor. Exemplo: “The government’s economic policies have been disastrous, leading to a rise in unemployment.”

Como identificar viés no texto

▪ **Escolha de palavras:** Certos adjetivos ou verbos carregam conotações positivas ou negativas. Exemplo: “The government implemented crucial reforms” (positivo) versus “The government imposed unnecessary changes” (negativo).

▪ **Seleção de fontes:** Se um texto apresenta apenas um lado da questão sem contraponto, pode indicar viés.

▪ **Uso de eufemismos ou exageros:** Palavras como “slightly affected” (levemente afetado) podem minimizar um problema, enquanto “devastated” (devastado) pode exagerá-lo.

Em provas, questões podem perguntar se o autor é imparcial, se há um tom crítico ou elogioso ou se há indícios de subjetividade no texto.

► Diferença entre fatos e interpretações

A separação entre o que é fato e o que é interpretação é um dos desafios na análise de textos jornalísticos. Algumas bancas exploram esse aspecto ao solicitar que o candidato identifique informações que estão diretamente expressas no texto e aquelas que exigem um nível de inferência.

Como diferenciar fatos de interpretações

▪ **Fatos costumam ter dados concretos:** Se um número, nome, local ou data específica é mencionada, é provável que se trate de um fato verificável.

▪ **Interpretações podem incluir linguagem subjetiva:** Expressões como “some experts believe” (alguns especialistas acreditam) ou “it is widely considered that” (é amplamente considerado que) indicam que há um juízo de valor embutido.

Nos concursos, é comum encontrar questões que pedem para o candidato assinalar uma alternativa que traz uma informação factual ou que diferencia uma afirmação objetiva de uma interpretação subjetiva.

A análise de textos jornalísticos exige uma leitura atenta, que vá além da simples compreensão do vocabulário. Saber diferenciar fatos de opiniões, identificar possíveis vieses e entender a estrutura do texto são habilidades essenciais para responder corretamente às questões de interpretação. Praticar a leitura de notícias em inglês de diferentes fontes ajuda a desenvolver uma visão crítica e aprimorar o desempenho em provas que exigem análise textual.

GÊNEROS TEXTUAIS: COMPREENSÃO E ANÁLISE DE DIFERENTES TIPOS DE TEXTOS (NARRATIVOS, DESCRITIVOS, ARGUMENTATIVOS, INFORMATIVOS), SUAS ESTRUTURAS E PROPÓSITOS COMUNICATIVOS

TEXTOS NARRATIVOS

O texto narrativo é um dos gêneros textuais mais comuns e tem como principal característica a apresentação de uma sequência de eventos. Ele conta uma história, real ou fictícia, com personagens, um enredo e um contexto temporal e espacial. A estrutura desse tipo de texto envolve ações e acontecimentos que se desenrolam ao longo da narrativa, muitas vezes culminando em um clímax e uma resolução.

As principais características do texto narrativo são:

▪ **Presença de personagens:** indivíduos que protagonizam ou participam da história.

▪ **Foco na ação:** desenvolvimento de eventos e conflitos que movimentam a trama.

▪ **Uso de verbos no passado:** em narrativas tradicionais, é comum que os acontecimentos sejam descritos em tempos verbais como o passado simples e o passado perfeito.

▪ **Estrutura temporal:** os fatos são organizados de maneira lógica, podendo ser lineares (sequência cronológica) ou não lineares (flashbacks, cortes temporais).

▪ **Narrador:** pode ser um personagem dentro da história (narrador-personagem) ou um observador externo (narrador onisciente ou observador).

► Estrutura do Texto Narrativo

Todo texto narrativo segue uma estrutura básica que ajuda na organização da história:

▪ **Introdução:** apresenta os personagens, o ambiente e a situação inicial da narrativa.

▪ **Desenvolvimento:** parte central da história, onde ocorrem os principais eventos e conflitos.

▪ **Clímax:** ponto de maior tensão da narrativa, geralmente envolvendo uma decisão crucial ou um evento determinante.

▪ **Desfecho:** final da história, onde os conflitos são resolvidos e a narrativa é concluída.

Essa estrutura pode variar de acordo com o tipo de narrativa e o estilo do autor. Algumas histórias começam diretamente no clímax e depois voltam para explicar os eventos anteriores, por exemplo.

► Exemplos Comuns de Textos Narrativos

Os textos narrativos estão presentes em diversos gêneros e formatos, como:

▪ **Contos:** histórias curtas, geralmente com um único conflito central.

▪ **Fábulas:** narrativas curtas que trazem uma lição de moral, frequentemente protagonizadas por animais.

▪ **Romances:** narrativas longas, com múltiplos personagens e tramas mais complexas.

▪ **Crônicas:** textos curtos do cotidiano, com um tom leve e, muitas vezes, reflexivo.

▪ **Biografias e autobiografias:** narrativas que contam a vida de uma pessoa real, seja por outra pessoa ou pelo próprio biografado.

► Propósito Comunicativo do Texto Narrativo

O objetivo principal do texto narrativo é contar uma história e envolver o leitor na trama. Dependendo do contexto e do estilo do autor, a narrativa pode ter diferentes propósitos:

▪ **Entreter:** como em romances e contos de ficção, cujo objetivo principal é prender a atenção do leitor.

▪ **Transmitir uma lição de moral:** como ocorre nas fábulas e parábolas.

▪ **Registrar eventos reais:** como nas biografias, que documentam a trajetória de uma pessoa.

▪ **Fazer reflexões sobre a vida cotidiana:** como nas crônicas jornalísticas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Licitações E Contratos (Analista De Gestão Corporativa)

NOÇÕES DE ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA: ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA; AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES PÚBLICAS; EMPRESAS PÚBLICAS; SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA; ENTIDADES PARAESTATAIS

Administração direta e indireta

A princípio, infere-se que Administração Direta é correspondente aos órgãos que compõem a estrutura das pessoas federativas que executam a atividade administrativa de maneira centralizada. O vocábulo “Administração Direta” possui sentido abrangente vindo a compreender todos os órgãos e agentes dos entes federados, tanto os que fazem parte do Poder Executivo, do Poder Legislativo ou do Poder Judiciário, que são os responsáveis por praticar a atividade administrativa de maneira centralizada.

Já a Administração Indireta, é equivalente às pessoas jurídicas criadas pelos entes federados, que possuem ligação com as Administrações Diretas, cujo fulcro é praticar a função administrativa de maneira descentralizada.

Tendo o Estado a convicção de que atividades podem ser exercidas de forma mais eficaz por entidade autônoma e com personalidade jurídica própria, o Estado transfere tais atribuições a particulares e, ainda pode criar outras pessoas jurídicas, de direito público ou de direito privado para esta finalidade. Optando pela segunda opção, as novas entidades passarão a compor a Administração Indireta do ente que as criou e, por possuírem como destino a execução especializado de certas atividades, são consideradas como sendo manifestação da descentralização por serviço, funcional ou técnica, de modo geral.

Desconcentração e Descentralização

Consiste a desconcentração administrativa na distribuição interna de competências, na esfera da mesma pessoa jurídica. Assim sendo, na desconcentração administrativa, o trabalho é distribuído entre os órgãos que integram a mesma instituição, fato que ocorre de forma diferente na descentralização administrativa, que impõe a distribuição de competência para outra pessoa, física ou jurídica.

Ocorre a desconcentração administrativa tanto na administração direta como na administração indireta de todos os entes federativos do Estado. Pode-se citar a título de exemplo de desconcentração administrativa no âmbito da Administração Direta da União, os vários ministérios e a Casa Civil da Presidência da República; em âmbito estadual, o Ministério Público e as secretarias estaduais, dentre outros; no âmbito municipal, as

secretarias municipais e as câmaras municipais; na administração indireta federal, as várias agências do Banco do Brasil que são sociedade de economia mista, ou do INSS com localização em todos os Estados da Federação.

Ocorre que a desconcentração enseja a existência de vários órgãos, sejam eles órgãos da Administração Direta ou das pessoas jurídicas da Administração Indireta, e devido ao fato desses órgãos estarem dispostos de forma interna, segundo uma relação de subordinação de hierarquia, entende-se que a desconcentração administrativa está diretamente relacionada ao princípio da hierarquia.

Registra-se que na descentralização administrativa, ao invés de executar suas atividades administrativas por si mesmo, o Estado transfere a execução dessas atividades para particulares e, ainda a outras pessoas jurídicas, de direito público ou privado.

Explicita-se que, mesmo que o ente que se encontre distribuindo suas atribuições e detenha controle sobre as atividades ou serviços transferidos, não existe relação de hierarquia entre a pessoa que transfere e a que acolhe as atribuições.

Criação, extinção e capacidade processual dos órgãos públicos

Os arts. 48, XI e 61, § 1º da CFB/1988 dispõem que a criação e a extinção de órgãos da administração pública dependem de lei de iniciativa privativa do chefe do Executivo a quem compete, de forma privada, e por meio de decreto, dispor sobre a organização e funcionamento desses órgãos públicos, quando não ensejar aumento de despesas nem criação ou extinção de órgãos públicos (art. 84, VI, b, CF/1988). Desta forma, para que haja a criação e extinção de órgãos, existe a necessidade de lei, no entanto, para dispor sobre a organização e o funcionamento, denota-se que poderá ser utilizado ato normativo inferior à lei, que se trata do decreto. Caso o Poder Executivo Federal desejar criar um Ministério a mais, o presidente da República deverá encaminhar projeto de lei ao Congresso Nacional. Porém, caso esse órgão seja criado, sua estruturação interna deverá ser feita por decreto. Na realidade, todos os regimentos internos dos ministérios são realizados por intermédio de decreto, pelo fato de tal ato se tratar de organização interna do órgão. Vejamos:

– **Órgão:** é criado por meio de lei.

– **Organização Interna:** pode ser feita por **DECRETO**, desde que não provoque aumento de despesas, bem como a criação ou a extinção de outros órgãos.

– **Órgãos De Controle:** Trata-se dos prepostos a fiscalizar e controlar a atividade de outros órgãos e agentes”. Exemplo: Tribunal de Contas da União.

Pessoas administrativas

Explicita-se que as entidades administrativas são a própria Administração Indireta, composta de forma taxativa pelas autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.

De forma contrária às pessoas políticas, tais entidades, não são reguladas pelo Direito Administrativo, não detendo poder político e encontram-se vinculadas à entidade política que as criou. Não existe hierarquia entre as entidades da Administração Pública indireta e os entes federativos que as criou. Ocorre, nesse sentido, uma vinculação administrativa em tais situações, de maneira que os entes federativos somente conseguem manter-se no controle se as entidades da Administração Indireta estiverem desempenhando as funções para as quais foram criadas de forma correta.

Pessoas políticas

As pessoas políticas são os entes federativos previstos na Constituição Federal. São eles a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Denota-se que tais pessoas ou entes, são regidos pelo Direito Constitucional, vindo a deter uma parcela do poder político. Por esse motivo, afirma-se que tais entes são autônomos, vindo a se organizar de forma particular para alcançar as finalidades avençadas na Constituição Federal.

Assim sendo, não se confunde autonomia com soberania, pois, ao passo que a autonomia consiste na possibilidade de cada um dos entes federativos organizar-se de forma interna, elaborando suas leis e exercendo as competências que a eles são determinadas pela Constituição Federal, a soberania nada mais é do que uma característica que se encontra presente somente no âmbito da República Federativa do Brasil, que é formada pelos referidos entes federativos.

— Autarquias

As autarquias são pessoas jurídicas de direito público interno, criadas por lei específica para a execução de atividades especiais e típicas da Administração Pública como um todo. Com as autarquias, a impressão que se tem, é a de que o Estado veio a descentralizar determinadas atividades para entidades eivadas de maior especialização.

As autarquias são especializadas em sua área de atuação, dando a ideia de que os serviços por elas prestados são feitos de forma mais eficaz e venham com isso, a atingir de maneira contundente a sua finalidade, que é o bem comum da coletividade como um todo. Por esse motivo, aduz-se que as autarquias são um serviço público descentralizado. Assim, devido ao fato de prestarem esse serviço público especializado, as autarquias acabam por se assemelhar em tudo o que lhes é possível, ao entidade estatal a que estiverem servindo. Assim sendo, as autarquias se encontram sujeitas ao mesmo regime jurídico que o Estado. Nos dizeres de Hely Lopes Meirelles, as autarquias são uma “*longa manus*” do Estado, ou seja, são executoras de ordens determinadas pelo respectivo ente da Federação a que estão vinculadas.

As autarquias são criadas por lei específica, que de forma obrigacional deverá ser de iniciativa do Chefe do Poder Executivo do ente federativo a que estiver vinculada. Explicita-se também que a função administrativa, mesmo que esteja sendo exercida tipicamente pelo Poder Executivo, pode vir a ser desempenhada,

em regime totalmente atípico pelos demais Poderes da República. Em tais situações, infere-se que é possível que sejam criadas autarquias no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, oportunidade na qual a iniciativa para a lei destinada à sua criação, deverá, obrigatoriamente, segundo os parâmetros legais, ser feita pelo respectivo Poder.

— Empresas Públicas

Sociedades de Economia Mista

São a parte da Administração Indireta mais voltada para o direito privado, sendo também chamadas pela maioria doutrinária de empresas estatais.

Tanto as empresas públicas, quanto as sociedades de economia mista, no que se refere à sua área de atuação, podem ser divididas entre prestadoras diversas de serviço público e plenamente atuantes na atividade econômica de modo geral. Assim sendo, obtemos dois tipos de empresas públicas e dois tipos de sociedades de economia mista.

Ressalta-se que ao passo que as empresas estatais exploradoras de atividade econômica estão sob a égide, no plano constitucional, pelo art. 173, sendo que a sua atividade se encontra regida pelo direito privado de maneira prioritária, as empresas estatais prestadoras de serviço público são reguladas, pelo mesmo diploma legal, pelo art. 175, de maneira que sua atividade é regida de forma exclusiva e prioritária pelo direito público.

— **Observação importante:** todas as empresas estatais, sejam prestadoras de serviços públicos ou exploradoras de atividade econômica, possuem personalidade jurídica de direito privado.

O que diferencia as empresas estatais exploradoras de atividade econômica das empresas estatais prestadoras de serviço público é a atividade que exercem. Assim, sendo ela prestadora de serviço público, a atividade desempenhada é regida pelo direito público, nos ditames do artigo 175 da Constituição Federal que determina que “incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.” Já se for exploradora de atividade econômica, como maneira de evitar que o princípio da livre concorrência reste-se prejudicado, as referidas atividades deverão ser reguladas pelo direito privado, nos ditames do artigo 173 da Constituição Federal, que assim determina:

Art. 173 *Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.*

§ 1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre:

I – sua função social e formas de fiscalização pelo Estado e pela sociedade;

II – a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários;

III – licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da Administração Pública;

IV – a constituição e o funcionamento dos conselhos de Administração e fiscal, com a participação de acionistas minoritários;

V – os mandatos, a avaliação de desempenho e a responsabilidade dos administradores

Vejamos em síntese, algumas características em comum das empresas públicas e das sociedades de economia mista:

- Devem realizar concurso público para admissão de seus empregados;
- Não estão alcançadas pela exigência de obedecer ao teto constitucional;
- Estão sujeitas ao controle efetuado pelos Tribunais de Contas, bem como ao controle do Poder Legislativo;
- Não estão sujeitas à falência;
- Devem obedecer às normas de licitação e contrato administrativo no que se refere às suas atividades-meio;
- Devem obedecer à vedação à acumulação de cargos prevista constitucionalmente;
- Não podem exigir aprovação prévia, por parte do Poder Legislativo, para nomeação ou exoneração de seus diretores.

Fundações e outras entidades privadas delegatárias

Identifica-se no processo de criação das fundações privadas, duas características que se encontram presentes de forma contundente, sendo elas a doação patrimonial por parte de um instituidor e a impossibilidade de terem finalidade lucrativa.

O Decreto 200/1967 e a Constituição Federal Brasileira de 1988 conceituam Fundação Pública como sendo um ente de direito predominantemente de direito privado, sendo que a Constituição Federal dá à Fundação o mesmo tratamento oferecido às Sociedades de Economia Mista e às Empresas Públicas, que permite a autorização da criação, por lei e não a criação direta por lei, como no caso das autarquias.

Entretanto, a doutrina majoritária e o STF aduzem que a Fundação Pública poderá ser criada de forma direta por meio de lei específica, adquirindo, desta forma, personalidade jurídica de direito público, vindo a criar uma Autarquia Fundacional ou Fundação Autárquica.

– **Observação importante:** a autarquia é definida como serviço personificado, ao passo que uma autarquia fundacional é conceituada como sendo um patrimônio de forma personificada destinado a uma finalidade específica de interesse social.

Vejamos como o Código Civil determina:

Art. 41 São pessoas jurídicas de direito público interno: (...)

IV – as autarquias, inclusive as associações públicas;

V – as demais entidades de caráter público criadas por lei.

No condizente à Constituição, denota-se que esta não faz distinção entre as Fundações de direito público ou de direito privado. O termo Fundação Pública é utilizado para diferenciar as fundações da iniciativa privada, sem que haja qualquer tipo de ligação com a Administração Pública.

No entanto, determinadas distinções poderão ser feitas, como por exemplo, a imunidade tributária recíproca que é destinada somente às entidades de direito público como um todo. Registra-se que o foro de ambas é na Justiça Federal.

— Delegação Social

Organizações sociais

As organizações sociais são entidades privadas que recebem o atributo de Organização Social. Várias são as entidades criadas por particulares sob a forma de associação ou fundação que desempenham atividades de interesse público sem fins lucrativos. Ao passo que algumas existem e conseguem se manter sem nenhuma ligação com o Estado, existem outras que buscam se aproximar do Estado com o fito de receber verbas públicas ou bens públicos com o objetivo de continuarem a desempenhar sua atividade social. Nos parâmetros da Lei 9.637/1998, o Poder Executivo Federal poderá constituir como Organizações Sociais pessoas jurídicas de direito privado, que não sejam de fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos os requisitos da lei. Ressalte-se que as entidades privadas que vierem a atuar nessas áreas poderão receber a qualificação de OSs.

Lembremos que a Lei 9.637/1998 teve como fulcro transferir os serviços que não são exclusivos do Estado para o setor privado, por intermédio da absorção de órgãos públicos, vindo a substituí-los por entidades privadas. Tal fenômeno é conhecido como publicização. Com a publicização, quando um órgão público é extinto, logo, outra entidade de direito privado o substitui no serviço anteriormente prestado. Denota-se que o vínculo com o poder público para que seja feita a qualificação da entidade como organização social é estabelecido com a celebração de contrato de gestão. Outrossim, as Organizações Sociais podem receber recursos orçamentários, utilização de bens públicos e servidores públicos.

Organizações da sociedade civil de interesse público

São conceituadas como pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, nas quais os objetivos sociais e normas estatutárias devem obedecer aos requisitos determinados pelo art. 3º da Lei n. 9.790/1999. Denota-se que a qualificação é de competência do Ministério da Justiça e o seu âmbito de atuação é parecido com o da OS, entretanto, é mais amplo. Vejamos:

Art. 3º A qualificação instituída por esta Lei, observado em qualquer caso, o princípio da universalização dos serviços, no respectivo âmbito de atuação das Organizações, somente será conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham pelo menos uma das seguintes finalidades:

- I – promoção da assistência social;*
- II – promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;*
- III – promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;*

IV – promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;

V – promoção da segurança alimentar e nutricional;

VI – defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;

VII – promoção do voluntariado;

VIII – promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;

IX – experimentação, não lucrativa, de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;

X – promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;

XI – promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;

XII – estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

A lei das Oscips apresenta um rol de entidades que não podem receber a qualificação. Vejamos:

Art. 2º Não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ainda que se dediquem de qualquer forma às atividades descritas no art. 3º desta Lei:

I – as sociedades comerciais;

II – os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional;

III – as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;

IV – as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações;

V – as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

VI – as entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados;

VII – as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras;

VIII – as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras;

IX – as Organizações Sociais;

X – as cooperativas;

Por fim, registre-se que o vínculo de união entre a entidade e o Estado é denominado termo de parceria e que para a qualificação de uma entidade como Oscip, é exigido que esta tenha sido constituída e se encontre em funcionamento regular há, pelo menos, três anos nos termos do art. 1º, com redação dada pela Lei n. 13.019/2014. O Tribunal de Contas da União tem entendido que o vínculo firmado pelo termo de parceria por órgãos ou entidades da Administração Pública com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público não é demandante de processo de licitação. De acordo com o que preceitua o art. 23 do Decreto n. 3.100/1999, deverá haver a realização de concurso de projetos pelo órgão estatal interessado em construir parceria com Oscips para que venha a obter bens e serviços para a realização de atividades, eventos, consultorias, cooperação técnica e assessoria.

— Entidades Paraestatais

Entidades paraestatais (ou entes de colaboração) são definidas como pessoas jurídicas de direito privado, instituídas por particulares, com ou sem autorização legislativa, para o desempenho de atividades privadas de interesse público, mediante fomento e controle pelo Estado.¹

Podem ter a forma jurídica de associação, fundação ou definida na lei que autorizar a sua criação.²

As principais características das entidades paraestatais são:³

- a) a sua natureza é de pessoa jurídica de direito privado;
- b) a sua criação depende de autorização legislativa;
- c) não buscam o lucro;
- d) prestam serviço de utilidade pública e não serviço público estrito;
- e) não atendem toda a sociedade, mas apenas grupos restritos;
- f) não pertencem a pessoa jurídica de direito público;
- g) são financiadas por contribuições tributárias;
- h) estão sujeitas a controle estatal, inclusive pelo TCU;
- i) não precisam realizar concurso público;
- j) precisam licitar;
- k) podem gozar de imunidade tributária (art. 150, VI, c, da CF/88) relacionada à natureza filantrópica;
- l) os seus empregados estão sujeitos à CLT, apesar disso, são-lhes aplicáveis as normas da Lei n. 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa); e
- m) os seus administradores não são escolhidos pelo Estado e sim através de procedimentos internos das próprias entidades.

Entende-se que essas entidades fazem parte do terceiro setor, sendo que o Estado é o primeiro setor, a sociedade o segundo e as entidades sem fins lucrativos formam o terceiro setor.

Segue abaixo um quadro exemplificativo do livro de Direito Administrativo de Celso Spitzcovsky⁴:

1 Pietro, Maria Sylvia Zanella D. *Direito Administrativo*. 36ª edição. Grupo GEN, 2023.

2 Couto, Reinaldo, e Álvaro do Canto Capagio. *Curso de Direito Administrativo*. 5ª edição. Editora Saraiva, 2022.

3 Couto, Reinaldo, e Álvaro do Canto Capagio. *Curso de Direito Administrativo*. 5ª edição. Editora Saraiva, 2022.

4 Spitzcovsky, Celso. *Esquematizado - Direito Administrativo*. 5ª edição. Editora Saraiva, 2022.